



**Eixo: Pobreza e Desigualdades o Capitalismo Contemporâneo**

**Pandemia de Covid 19: Muito Além de Uma Crise Sanitária**

**Resumo:** Refletimos a crise sanitária de Covid-19 a partir da crítica da crise capitalista e das expropriações deste modo de produção. A pandemia de Coronavírus evidenciou as desigualdades que assolam o Brasil desde a sua tardia inserção no capitalismo, de modo que as expressões da “questão social” tornaram-se tanto mais apuradas quanto mais aprofundadas. Partimos do pressuposto de que a crise estrutural do capital contribui para o aumento dessas pandemias. O dismantelamento dos sistemas de proteção social e trabalho, impulsionado pela lógica de maximização e priorização dos lucros em detrimento das necessidades humanas e do meio ambiente, enfraquece a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e torna os trabalhadores mais vulneráveis a condições precárias de trabalho e desproteção social.

**Palavras-chave:** Pandemia; Covid 19; Capitalismo; Crise; Neoliberalismo

**Covid 19 Pandemic: Much More Than A Health Crisis**

**Abstract:** We reflect on the Covid-19 health crisis by criticizing the capitalist crisis and the expropriations of this mode of production. The Coronavirus pandemic highlighted the inequalities that have plagued Brazil since its late insertion into capitalism, so that the expressions of the “social issue” became both more refined and more in-depth. We assume that the structural crisis of capital contributes to the increase in these pandemics. The dismantling of social protection and labor systems, driven by the logic of maximizing and prioritizing profits to the detriment of human needs and the environment, weakens the response capacity of health systems and makes workers more vulnerable to precarious working conditions and social lack of protection.

**Keywords:** Pandemic; Covid-19; Capitalism; Crisis; Neoliberalism

## 1 Introdução

Entender a crise do coronavírus é analisar não apenas os aspectos imediatos da pandemia, mas também as contradições sistêmicas e estruturais do capitalismo, que moldam sua resposta e impacto. A crise pode ser vista como um momento de intensificação dessas contradições, levando a debates sobre a necessidade de transformações sociais e econômicas mais profundas.

A expansão do modo de produção capitalista tem proporcionado condições favoráveis ao surgimento e à propagação de surtos de doenças, como foi o caso a Covid-19. A lógica do capitalismo, marcada pela busca incessante de lucro e pelo

desenvolvimento desenfreado, tem levado à exploração ambiental, resultando no desequilíbrio dos ecossistemas e facilitado a transmissão de agentes patogênicos para os seres humanos, em decorrência do contato mais próximo entre estes e animais selvagens.

Partimos, portanto, do pressuposto de que a crise estrutural do capitalismo contribui para o aumento dessas pandemias. O dismantelamento dos sistemas de proteção social e trabalho, impulsionado pela lógica de maximização dos lucros, enfraquece a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e torna os trabalhadores mais vulneráveis às condições precárias de trabalho e falta de proteção social. Isso inclui a falta de acesso adequado a cuidados de saúde, acentuação das desigualdades socioeconômicas e redução dos investimentos em pesquisas científicas e prevenção de doenças.

A crise estrutural do capitalismo também é evidenciada pela priorização do lucro em detrimento das necessidades humanas e do meio ambiente. A busca por maximizar os ganhos econômicos muitas vezes leva à exploração desenfreada dos recursos naturais, à destruição dos ecossistemas e à contaminação do ar, da água e do solo. Esses processos enfraquecem a resiliência dos sistemas naturais, tornando-os mais propensos a surtos de doenças. Löwy (2013, p. 52) reflete que

No primeiro volume de *O capital*, Marx (1968) explica como o capitalismo esgota não só as energias do trabalhador, mas também as próprias forças da Terra, esgotando as riquezas naturais, destruindo o próprio planeta. Assim, essa perspectiva, essa sensibilidade está presente nos escritos de Marx, embora não tenha sido suficientemente desenvolvida.

A perspectiva do materialismo histórico-dialético oferece uma lente crítica para compreender as complexidades das relações entre o capitalismo e as crises sanitárias.

## **2 Desenvolvimento**

Para adentrarmos no debate acerca das crises do capital, devemos, inicialmente, compreender o capitalismo como sistema econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção, na busca de lucro e na exploração da força de trabalho. Essa dinâmica intrínseca ao capitalismo resulta em crises recorrentes. Nossa abordagem busca compreender as contradições inerentes ao sistema capitalista e como influenciam as crises e as transformações sociais ao longo do tempo.

Uma das formas em que essa crise se manifesta é a superprodução de mercadorias, ou seja, a produção em nível além da demanda efetiva da sociedade. Essa superprodução ocorre porque no sistema capitalista a produção é impulsionada pela busca de lucro, e os capitalistas têm interesse em produzir e vender o máximo possível de mercadorias. No entanto, em determinado momento, a capacidade de consumo da sociedade pode não acompanhar a velocidade de produção, o que leva a uma situação em que há quantidade excessiva de mercadorias disponíveis no mercado, sem compradores em número suficiente ou com recursos financeiros adequados para adquiri-las. Isso resulta em uma falta de demanda efetiva, pois a maioria das pessoas não tem recursos suficientes para adquirir as mercadorias produzidas em larga escala, ao se depararem com insegurança econômica, desemprego, baixos salários ou endividamento demais. Como os donos dos meios de produção não conseguem realizar vendas suficientes para obter lucro e manter a rotatividade dos produtos em seus estoques, conseqüentemente, ocorrem demissões em massa, redução da atividade econômica, falência de empresas e outras implicações negativas para a economia como um todo.

Marx avalia que as crises econômicas são um fenômeno cíclico e, mais importante, considera que são o momento decisivo do ciclo industrial. Para o autor, a superprodução é a causa das crises e aparece de forma cíclica: “[...] As crises são sempre apenas soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (Marx, 1986, p. 188).

No entanto, Marx também enfatizava que as soluções momentâneas não resolvem as contradições fundamentais do capitalismo, ao contrário, as intensificam ao longo do tempo. Isso causa uma repetição periódica das crises no sistema.

Segundo Mandel (1982), a superprodução e a queda da taxa de lucro determinam-se reciprocamente, estão entrelaçadas. A superprodução influencia a taxa de lucro, pois quando há excesso de mercadorias no mercado os preços tendem a cair, devido à competição entre os capitalistas. Isso reduz a taxa de lucro, pois os capitalistas obtêm menos valor por unidade de mercadoria vendida.

Por outro lado, a queda da taxa de lucro também pode impulsionar a superprodução. Goldstein (2011) argumenta que para compensar a tendência declinante da taxa de lucro, o capitalista precisa vender um número cada vez maior de commodities

para conseguir mais lucros com a nova e mais baixa taxa. Essa produção adicional contribui para a superprodução e o agravamento das contradições no sistema.

Assim, a superprodução e a queda da taxa de lucro estão em relação de reciprocidade. A superprodução influencia a queda da taxa de lucro, enquanto a queda da taxa de lucro impulsiona a superprodução. Essa interconexão entre os dois fenômenos contribui para a compreensão das crises e instabilidades no sistema capitalista, como destacado por Mandel (1982).

Para o autor, o capitalismo passa por ciclos regulares de expansão e estagnação que estão ligados à dinâmica da acumulação de capital. Esses ciclos de estagnação e expansão são inerentes ao funcionamento do capitalismo tardio e revelam as contradições subjacentes, bem como as limitações do modo de produção capitalista, contribuindo para a compreensão das crises e para flutuações econômicas ao longo do tempo.

Afirma Mandel (1982, p. 101):

A contribuição específica de nossa própria análise para uma solução do problema das “ondas longas” consistiu em relacionar as diversas combinações de fatores que podem influenciar a taxa de lucros (tais como uma queda radical no custo de matérias-primas; uma súbita expansão do mercado mundial ou de novos campos para investimento pelo capital; um rápido declínio na taxa de mais-valia; guerras e revoluções) na lógica interna do processo de acumulação e valorização do capital a longo prazo, baseado em jatos de renovação radical ou reprodução da tecnologia produtiva fundamental. Tais movimentos são explicados pela lógica interna do processo de acumulação e da própria auto-expansão do capital.

As ondas longas da crise do capital demonstram como as crises cíclicas se apresentam, mesmo que de forma não estática. Mandel (1982, p. 85) sinaliza que

Numa fase de expansão, os períodos cíclicos de prosperidade serão mais longos e mais intensos e mais curtas e mais superficiais as crises cíclicas de superprodução. Inversamente, na fase da ‘onda longa’, em que prevalece uma tendência à estagnação, os períodos de prosperidade serão menos febris e mais passageiros, enquanto os períodos das crises cíclicas serão mais longos e mais profundos.

Para o autor, durante períodos de expansão econômica — quando o capitalismo está em fase de crescimento e acumulação intensa —, as crises tendem a ser mais prolongadas e intensas. Durante esses períodos, há um aumento significativo na

produção, nos investimentos e na especulação financeira. No entanto, a acumulação desenfreada do capital pode levar à superprodução e a uma série de contradições internas no sistema. Consequentemente, quando ocorre uma crise, a característica das crises é mais curta e regressiva. Durante as crises há uma contração na produção, investimentos são reduzidos, empresas enfrentam dificuldades financeiras e ocorre um aumento do desemprego e da instabilidade social. Mandel (1982) argumentou que essas crises regressivas têm uma natureza mais curta porque as contradições internas do sistema se manifestam de forma mais aguda, resultando em uma correção abrupta no ciclo econômico.

Braz e Netto (2006) sinalizam que a anarquia da produção, a queda da taxa de lucro e o subconsumo das massas trabalhadoras são as causas mais determinantes das crises. Explicam os autores,

[...] o conjunto da produção de todos os capitalistas escapa a qualquer controle racional; [...] assim, o mercado é inundado por mercadorias cuja destinação é incerta, uma vez que a sua produção é comandada exclusivamente por cada capitalista, tendo em vista apenas a obtenção do lucro. [...] na medida em que cada capitalista procura maximizar seus lucros, a taxa de lucro tende a cair. A concorrência obriga cada capitalista a tomar uma decisão (a de incorporar inovações que reduzam o tempo de trabalho necessário à produção da sua mercadoria) [...] ao cabo de algum tempo imitada pelos outros, tem como resultado uma queda da taxa de lucro para todos os capitalistas. [...] Enquanto os capitalistas inundam o mercado com suas mercadorias, a capacidade de consumir dos contingentes trabalhadores permanece limitada; esse descompasso entre a magnitude da produção de mercadorias e a possibilidade de sua realização deve-se ao fato de as massas trabalhadoras não disporem de meios para comprá-las (2006, p. 160-161).

Ainda para Braz e Netto (2006), o período entre uma crise econômica e outra é marcado pelo ciclo econômico no sistema capitalista. O ciclo econômico refere-se às flutuações regulares da atividade econômica que ocorrem ao longo do tempo, alternando períodos de expansão e contração. Esse ciclo econômico seria composto por quatro fases principais: a crise, a depressão, a retomada e o auge.

A crise seria o estágio inicial do ciclo econômico, caracterizado por uma queda acentuada na atividade econômica. Durante essa fase ocorrem quedas na produção, no investimento e no emprego, além de uma redução da demanda agregada. A crise é marcada pela deterioração das condições econômicas e pode ser desencadeada por diferentes fatores — como a superprodução, a queda da demanda ou choques externos.

Por depressão entende-se um período prolongado de baixa atividade econômica: durante essa fase, persistem altos níveis de desemprego, baixa demanda e investimentos reduzidos. A depressão é caracterizada por uma queda significativa na produção e no produto interno bruto (PIB), bem como pela deterioração das condições socioeconômicas em geral. Após a fase de depressão, ocorre a fase de retomada: nessa etapa há uma recuperação gradual da atividade econômica, com aumento da produção, do investimento e da demanda. A retomada é marcada por sinais de melhoria nas condições econômicas e uma saída da fase depressiva.

A fase chamada auge é o ponto mais alto do ciclo econômico, onde a atividade econômica atinge seu pico. Durante essa fase ocorre um crescimento robusto da produção, do emprego, dos lucros e do consumo. O auge é caracterizado por altos níveis de demanda e otimismo econômico. “Até que um detonador qualquer evidencia de repente que o mercado está abarrotado de mercadorias que não se vendem, os preços caem e sobrevém nova crise- e todo ciclo recomeça” (Netto; Braz, 2006, p. 173).

Nessa dinâmica de crises, o capitalismo passou, no final do século XX, por profundas mudanças. Transformações influenciadas por uma série de fatores, incluindo mudanças tecnológicas, avanços na globalização econômica, reestruturação produtiva e a ascensão do neoliberalismo como uma ideologia e uma prática política. Houve a intensificação da financeirização da economia. O crescimento do setor financeiro e a busca de lucros especulativos passaram a desempenhar papel cada vez mais dominante no sistema capitalista, o que levou a uma maior volatilidade econômica e crises financeiras, como a crise global de 2008.

Outras transformações significativas foram a reestruturação produtiva e a globalização econômica. As empresas capitalistas buscaram reduzir custos de produção, terceirizando e a deslocando para países com mão de obra mais barata. Essa reestruturação produtiva teve impactos nas economias locais, com desindustrialização e aumento do desemprego em muitos países.

Acredita-se que o capitalismo enfrenta, desde a década de 1970, profunda crise estrutural global e sistêmica que tende a se agravar consideravelmente até entrar em sua fase terminal (Harvey, 2016). A crise de 1970 se cristaliza como uma das mais contraditórias do sistema do capital, período significativo de instabilidade econômica que afetou muitos países ao redor do mundo. Ela pode ser entendida como uma manifestação

das contradições inerentes ao sistema capitalista e se expressa na confluência de múltiplas crises — ecológica, social, política e econômica — geradas inexoravelmente pela própria lógica de produção destrutiva imposta pelo desenvolvimento capitalista.

Durante esse período, ocorreu uma série de eventos que desencadearam a desaceleração econômica generalizada. Segundo Mariano (2017), alguns fatores que contribuíram para a crise incluem: Crise do petróleo em 1973, desencadeada pela guerra no Oriente Médio- Os países produtores de petróleo aumentaram os preços e restringiram a oferta, levando a um aumento acentuado nos preços do petróleo, isso teve impacto significativo na economia global, elevando custos de produção e reduzindo o poder de compra dos consumidores; Inflação e estagflação- Durante esse período, muitos países enfrentaram altas taxas de inflação que diminuíram o poder de compra e a confiança dos consumidores e Aumento do desemprego- a crise dos anos 1970 foi acompanhada por um aumento significativo no desemprego em muitos países, a desaceleração econômica e as mudanças estruturais na indústria, como a automação e a reestruturação das cadeias de produção.

As teorias econômicas predominantes da época, como o keynesianismo, não ofereciam soluções eficazes para a estagnação e a crise econômica. Essa crise também abriu espaço para uma série de mudanças políticas e econômicas, com muitos países adotando políticas neoliberais que buscavam reduzir o papel do Estado na economia, promover a liberalização dos mercados e enfatizar políticas de austeridade.

A esse respeito, Netto (2012) aponta essa crise como sistêmica porque não foi uma crise que se manifestou somente quando a acumulação capitalista foi obstaculizada ou impedida. Foi uma crise mais ampla, que se manifestou envolvendo toda a estrutura da ordem do capital. E, como afirma o autor, as crises “[...] não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta... mais capitalismo” (Netto, 2012, p. 415).

Na atualidade, a sociedade capitalista promove crises por excesso — excesso de capital, excesso de centralização, de concentração de capitais —, o que faz com que eles não consigam impor o volume de lucratividade que esperam, pretendem e precisam para sobreviver na concorrência intercapitalista.

O empobrecimento da classe trabalhadora e o aumento dos grupos em situação de pobreza e extrema pobreza, o crescimento do subemprego e o desemprego deteriorando as condições de vida da maioria da população são concomitantes à redução de gastos sociais públicos e efeitos da crise sob a gestão política neoliberal.

Como todas as grandes crises do capitalismo, a que agora se inicia é a expressão concreta do fato de que não há produção e extração de mais-valia suficiente para alimentar a imensa massa decapitalizada sobre excedentes que diariamente circula nos mercados financeiros de todo o planeta. Depois de um período de expansão no processo de reprodução ampliada do capital, a superprodução, a sobre acumulação e o sobre investimento de capitais estendeu-se, como em todas as crises de superprodução, muito além das condições concretas de sua valorização indefinidamente ampliada pela extração de mais-valia adicional a partir da mais-valia já acumulada (Dantas, 2009, p. 48).

Desta maneira, percebe-se que a crise estrutural acaba afetando todas as nuances, seja econômica e política, seja social e cultural, sob a ótica de uma crise de superprodução de mercadorias com viés cíclico, mas sem atingir o lucro desejado devido à falta de consumidores em massa que possibilitem o escoamento das mercadorias produzidas.

A crise estrutural traz consequências devastadoras para o mundo do trabalho e para a economia, pois acaba contribuindo para a ampliação do desemprego consubstanciando numa redução das rendas e dos possíveis investimentos devido à queda da taxa de lucro nas relações de produção e reprodução do capital, como aponta Mandel (1990).

Mandel (1990) é perspicaz em sua análise sobre a superprodução de mercadorias, pois realiza uma abordagem objetiva ao tratar os impactos direcionados ao trabalho assalariado. A efetivação do desemprego estrutural, que acaba causando a exploração da força de trabalho através da ampliação da jornada e carga horária de trabalho, impõe drasticamente medidas e estratégias de desvalorização do salário real e determinado receio à classe trabalhadora, que convive com o incessante rompimento dos direitos e políticas sociais.

A intensa precarização das condições de trabalho e de vida pode ser considerada uma expressão concreta da atual fase de acumulação do capitalismo internacional; fase na qual observa-se uma série de tendências que contribuem para a precarização. Globalização, avanços tecnológicos, competitividade acirrada e flexibilização do

mercado de trabalho são alguns dos fatores que desempenham papel significativo nesse processo.

A globalização permitiu que as empresas expandissem suas operações para além das fronteiras nacionais, em busca de mercados mais amplos e de mão de obra mais barata. Isso levou a uma intensificação da competição entre as empresas, resultando em pressões para redução de custos. Uma maneira de reduzir custos é a redução dos salários e dos benefícios dos trabalhadores, assim como a diminuição das proteções trabalhistas.

Os avanços tecnológicos também desempenham papel importante nessa precarização. A automação e a digitalização têm o potencial de substituir trabalhadores por máquinas em várias áreas, levando ao desemprego e a uma maior competitividade por empregos disponíveis. Além disso, a tecnologia permite que as empresas adotem formas de trabalho mais flexíveis, como contratos temporários, trabalho por projeto e trabalho remoto, que geralmente são menos estáveis e oferecem menos benefícios. A competição acirrada entre as empresas também contribui para a precarização. Em um mercado altamente competitivo, as empresas buscam reduzir custos para se manterem lucrativas. Isso pode levar à redução de salários, ao aumento da carga de trabalho, à falta de benefícios sociais e condições de trabalho precárias (Antunes, 2020).

A flexibilização do mercado de trabalho é outra característica dessa fase de acumulação do capitalismo internacional. As leis trabalhistas têm sido afrouxadas em muitos países, permitindo que as empresas contratem trabalhadores temporários, terceirizados e com contratos de curto prazo. Essa flexibilização enfraquece a segurança do emprego e os direitos dos trabalhadores, tornando-os mais vulneráveis à exploração.

Desde a crise de 2009, o modelo que se alastra mundo afora é o da economia de plataforma e do trabalho uberizado, como alternativa à superação da hodierna crise de acumulação (Scholz, 2017). Segundo Abílio (2019), a uberização é uma nova forma de organização, gerenciamento e controle do trabalho, o que a autora tem denominado também de trabalhador *just in time*, disponível e descartável.

O modelo de economia de plataforma e trabalho uberizado contribui para a concentração de riqueza e poder nas mãos das plataformas e para a exploração dos trabalhadores, esparramando “[...] novas modalidades de extração compulsiva do sobretrabalho” (Antunes, 2022, p. 20). Essa abordagem é apresentada como uma suposta alternativa para superar a crise de acumulação presente na sociedade contemporânea. No

entanto, tal transformação traz consigo diversas vicissitudes, especialmente no setor de serviços, incluindo a intensificação da flexibilidade, muitas vezes traduzida em pressão constante para estar disponível a qualquer momento, sem garantias de estabilidade e segurança no emprego; precariedade e informalidade, por meio das quais os trabalhadores frequentemente enfrentam a ausência de benefícios sociais — como seguro de saúde, aposentadoria e licenças remuneradas; e uma falsa Ideologia empreendedora, que incentiva os trabalhadores a se verem como empresários individuais, responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso, ocultando as assimetrias de poder entre trabalhadores e plataformas, bem como a exploração e a falta de controle que muitos enfrentam em suas atividades laborais. “E pior para a classe trabalhadora é que restou praticamente a alternativa do trabalho uberizado para fugir do flagelo do desemprego” (Antunes, 2022, p. 35).

Além desse sentido destrutivo da força de trabalho deve se somar outra tese basilar da obra marxiana: o capital não pode eliminar completamente o trabalho, pois, se o fizer, sua própria reprodução será comprometida. É somente por isso que a destruição do trabalho vivo não poderá levar à extinção completa da atividade humana laborativa. A extração de sobretrabalho é e continuará sendo o fundamento ontológico da forma de valor e do mais-valor, uma vez que as máquinas não podem criá-lo, embora o potencializem exponencialmente (Antunes, 2022, p. 36).

O autor cita a teoria do valor-trabalho de Marx, que explica que os trabalhadores não recebem o valor total de seu trabalho como remuneração. Em vez disso, vendem sua força de trabalho aos capitalistas, que detêm os meios de produção. A diferença entre o valor criado pelo trabalhador e o valor pago em salários é chamada de mais-valor. O mais-valor é obtido através da exploração do trabalho excedente realizado pelos trabalhadores, além do tempo necessário para reproduzir seu salário. É nesse processo de extração de sobretrabalho que ocorre a acumulação de capital e a geração de lucro para os capitalistas, conseqüentemente, a desigualdade social é agravada. A introdução de tecnologias e máquinas no processo produtivo pode aumentar a produtividade e eficiência, permitindo a produção de um maior volume de mercadorias no mesmo tempo. No entanto, o sobretrabalho em si ainda é extraído dos trabalhadores humanos, pois são eles que realizam o trabalho vivo e criam valor através de sua atividade laboral.

A desigualdade e a concentração de renda resultam de mudanças na esfera da

produção, associadas à nova hegemonia liberal-financeira, e trazem como consequência o agravamento da “questão social” e suas expressões na vida da classe trabalhadora. Acerca disso, esclarece Iamamoto (2018, p. 72), que

A questão social brasileira, nos contraditórios tempos presentes, assume configurações e expressões que condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, mobilidades espaciais, formações regionais e disputas ambientais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural — enraizada na produção social contraposta à apropriação privada do trabalho —, a questão social atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, sociais e políticos e aos direitos humanos.

Percebe-se que as contradições do sistema capitalista e a acumulação do capital demonstram que o processo de expropriação, ou seja, a apropriação privada dos meios de produção, recursos naturais e riquezas sociais por uma classe dominante em detrimento das classes trabalhadoras, tangencia todas as possibilidades encontradas como forma de apropriação dos recursos e melhoramento das altas taxas de lucros. O sistema capitalista, em todas as suas contradições, busca meios de apropriar-se dos recursos direcionados para o fundo público, atingindo a oferta de todas as políticas sociais e setoriais.

Chesnais (1996) vai sinalizar essa conjuntura como a “hipertrofiação do capital” direcionado para a “mundialização das finanças” a partir dos elementos que contribuíram para a ampliação da chamada “Oligarquia Financeirizada”, que é o processo de liberalização das finanças. Em relação ao capital monetário, Chesnais (1996) explica que esse capital se coloca como uma forma mais alienada e fetichista do capital, através da forma de produção em que “dinheiro gera dinheiro” (D-D’). Se apresentando assim como um capital fictício. Para Chesnais (1996), o capital financeiro se caracteriza como um capital parasitário, ou seja, que é especulativo e rentista, não produzindo as mercadorias, mas acaba expropriando lucros em massa, bem como a riqueza produzida pela força de trabalho. A dívida pública é própria dessa relação e se configura em magnitude de expropriação do fundo público que já havia sido identificada como incentivadora de uma espécie de acumulação primitiva do capital, desempenhando formas de ratificar a acumulação financeira.

De acordo com Harvey (2011, p. 20), as economias capitalistas contemporâneas

são 70-80% impulsionadas pelo consumismo, em especial as formas de “consumismo experiencial” que praticamente está morto: “[...] grande parte do modelo de vanguarda do consumismo capitalista é inoperante nas condições atuais [...] a forma espiral de acumulação interminável de capital está implodindo”. Dentre as características e contradições geradas pela financeirização da economia, predominam os interesses financeiros sobre a produção real de bens e serviços.

O capital portador de juros e o capital fictício desempenham papel central nas relações econômicas e sociais no período contemporâneo (Mendes; Carnut, 2018). O capital portador de juros refere-se ao capital investido com o objetivo de obter rendimentos na forma de juros. Em vez de ser investido na produção de bens tangíveis, esse capital é direcionado para empréstimos, títulos de dívida e outros instrumentos financeiros. O capital portador de juros concentra-se no ganho de renda por meio da exploração do crédito e da dívida.

O capital fictício, por sua vez, é uma forma de capital financeiro que não tem relação direta com a produção de bens e serviços reais. Ele representa títulos, derivativos e outros instrumentos financeiros cujo valor é baseado em expectativas futuras de retorno. O capital fictício é criado pela especulação financeira e pode se expandir rapidamente, muitas vezes desconectado da realidade econômica subjacente.

A dívida pública desempenha um papel fundamental nesse processo de reprodução do capital (Salvador, 2010). Os Estados muitas vezes recorrem ao endividamento público para financiar suas atividades e projetos, emitindo títulos de dívida que são comprados por investidores. A dívida pública torna-se um mecanismo pelo qual o capital financeiro pode obter rendimentos por meio do pagamento de juros pelo Estado.

O crescimento do capital portador de juros e do capital fictício tem implicações profundas na economia e na sociedade. Esses elementos financeiros especulativos levam a uma maior instabilidade econômica, crises financeiras e aprofundamento das desigualdades sociais. Além disso, a dívida pública pode levar a uma maior dependência dos governos em relação aos interesses do capital financeiro, restringindo sua capacidade de promover políticas voltadas para o bem-estar social.

O serviço da dívida pública tornou-se o “objeto” de aquisição das instituições financeiras como forma de apropriar-se de outras instituições financeiras e

respectivamente das suas ações, como também acaba por tornar-se o Estado o seu maior inadimplente ao comprar os títulos da dívida pública. Pessoa (2019) explica que o Estado, dentro dessa realidade, se coloca como mediador para o capital fictício “[...] através da flexibilização das legislações, dos incentivos fiscais, privatizações, endividamento público” (Pessoa, 2019, p. 4).

Mandel (1982) afirma que o Estado desempenha um papel fundamental na reprodução e na estabilização do sistema capitalista, fornecendo uma série de benefícios e intervenções em favor dos interesses capitalistas, como políticas fiscais favoráveis, subsídios e incentivos, políticas de regulação favoráveis, parcerias público-privadas e política monetária e financeira, quando o Estado, por meio de seu banco central, adota políticas monetárias e financeiras que favoreçam o capitalismo — como a redução das taxas de juros, a criação de condições favoráveis para o crédito e a garantia de estabilidade financeira. Tais intervenções estatais, por um lado, garantem a acumulação e a reprodução do capital, mas também acentuam as desigualdades sociais. Eis, pois, uma contradição.

### **3 Considerações Finais**

Diante de um turbilhão de notícias e dados levantados para a construção desta dissertação, ainda na fase inicial ficou evidente que a pandemia de Covid-19 se tratava de uma crise do capitalismo, não se reduzindo a uma crise sanitária. A busca incessante pelo lucro custou milhões de vidas. A perda de empregos sem precedente e o alto grau de informalidade no mercado de trabalho, além de absorverem grande parte da população por um espiral de pobreza e fome, também dificultaram o próprio combate ao vírus. O enfrentamento do vírus e suas consequências foram financiados e implementados em sua maioria pelo setor público. Se essas ações fossem deixadas sob controle do mercado, seguindo seu dogma de oferta e demanda e sua busca incessante por lucro, os resultados desastrosos da pandemia teriam sido ainda mais devastadores. O coronavírus foi um catalisador, acelerador do processo, no entanto, os elementos estruturais que influenciam na reprodução social já estavam presentes.

Passada a pandemia, a economia ainda não se recuperou, tampouco melhoraram os indicadores sociais. Avançar cada vez mais em busca de um sistema de proteção social

sólido é um dos principais desafios para os tempos futuros. As políticas públicas devem transcender o servilismo ao capitalismo e buscar a melhoria efetiva da qualidade de vida da população.

### Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberização traz ao debate a relação entre precarização do trabalho e tecnologia. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 503, ano XVII. 2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110685>. Acesso em: 22 jun. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. 2 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. 1 ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.
- BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Econômica Política**: uma introdução crítica. Biblioteca Básica do Serviço Social. 8 ed, Cortez Editora, São Paulo. 2012
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DANTAS, Rodrigo. A grande Crise do Capital. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 14, 2009.
- GOLDSTEIN, Fred. O capitalismo num beco sem saída e a era da destruição dos empregos: uma visão marxista. **Argumentum**, Vitória, 2011. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/4755/475547533011.pdf> Acesso em 07 mar. 2024.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HARVEY, David. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016. **Condição Pós-Moderna**, v. 17, 2016.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço Social, “questão social” e trabalho em tempo de capital fetiche. In: RAICHELIS, Raquel. *et al.* (orgs.) **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **Caderno Crh**, Salvador, v. 26, 79-86, 2013.
- MANDEL, Ernest. **A Crise do capital os fatos e sua interpretação marxista**.

Campinas: Ensaio, 1990.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARIANO, Jefferson. **Introdução à economia brasileira**. Saraiva Educação SA, São Paulo, 2. ed., 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. 2. ed., São Paulo: Nova Cultural. (Coleção Os Economistas, livro terceiro, v. IV), 1986.

MENDES, Aquiles, CARNUT, Leonardo. Capitalismo contemporâneo em crise e sua forma política: o subfinanciamento e o gerencialismo na saúde pública brasileira. **Saúde e sociedade**, São Paulo, v. 27, p. 1105-1119, 2018.

NETTO, Jose Paulo. Crise do Capital e Consequências Societárias. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 111, jul./set. 2012.

PESSOA, Natália da Silva. Crise do Capital e Estado Neoliberal: Da Seguridade às Finanças. **16º CBAS**. Tema: 40 Anos Da Virada do Serviço Social. Brasília (DF). 2019. Disponível em <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/467>. Acesso em: 7 mar. 2024.

SALVADOR, Evilasio. Fundo público e políticas sociais na crise do capitalismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, p. 605-631, 2010.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de plataforma**. Trad. Rafael A. F. Zanatta. São Paulo: Editora Elefante, Autonomia Literária & Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.